

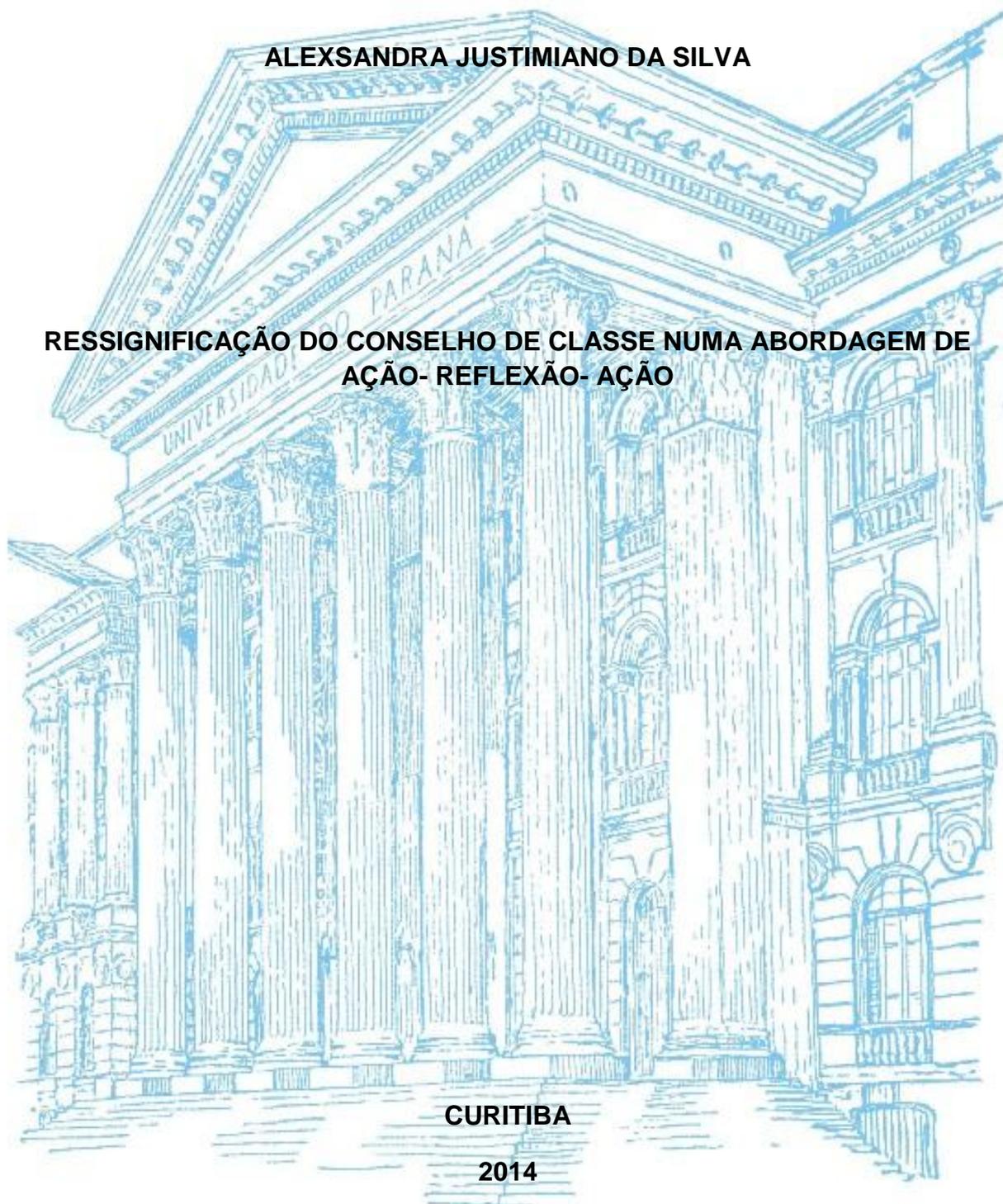
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

ALEXSANDRA JUSTIMIANO DA SILVA

**RESSIGNIFICAÇÃO DO CONSELHO DE CLASSE NUMA ABORDAGEM DE
AÇÃO- REFLEXÃO- AÇÃO**



CURITIBA

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

ALEXSANDRA JUSTIMIANO DA SILVA

RESSIGNIFICAÇÃO DO CONSELHO DE CLASSE NUMA ABORDAGEM DE
AÇÃO- REFLEXÃO- AÇÃO

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador (a): Prof.^a Giselle Christina Corrêa

CURITIBA

2014

RESUMO

O presente artigo aborda a trajetória da intencionalidade de ressignificar o conselho de classe por meio de uma ação coletiva, buscando assim melhorias no processo de ensino-aprendizagem. A partir de uma pesquisa-ação realizada em uma escola da Rede Municipal de Curitiba, procurou-se mudar a configuração da instância colegiada, oportunizando a participação dos alunos enquanto sujeitos da educação e protagonistas no processo de ensinar e aprender. Durante o final do primeiro trimestre, a pesquisadora recolheu dados com os professores sobre os alunos em sua individualidade, nos momentos de pré-conselho. Foram também realizados com os alunos momentos em que os mesmos puderam se autoavaliar e se perceberem sujeitos do processo. Procuramos, com isso, construir uma nova possibilidade de conselho de classe, que possa integrar o trabalho do professor às necessidades pedagógicas dos alunos. Esse novo modelo de conselho de classe pode ser atribuído como um espaço de participação, construção e autonomia.

Palavras-Chave: Alunos. Conselho de Classe. Sujeitos da Educação. Autoavaliação. Participação.

1. INTRODUÇÃO

O que impulsiona essa investigação é a relação entre professor e aluno no processo ensino-aprendizagem e a forma de como essa situação é tratada nos momentos do Conselho de Classe.

A relação que o professor estabelece com o aluno é, muitas vezes, aquela em que o educando está condicionado a obedecer aos comandos do educador. Diante dessa situação, observa-se um abismo entre o ato de ensinar e aprender devido à dificuldade que o docente encontra em saber como se dá a aprendizagem do aluno, do que ele necessita e quais intervenções devem ser realizadas. Tudo isso se relaciona com as demandas encontradas no dia a dia: salas superlotadas, classes com alunos com níveis de aprendizagem variados, entre outras situações. (SANTOS, 2010, p.5).

O docente na sala de aula pode contribuir com a dispersão e desinteresse do aluno, levando-o à indisciplina, quando não aceita que uma das causas comportamentais do discente está diretamente interligada ao planejamento, execução e sequência didática. Nota-se que, nesta situação, o professor compartilha o problema com os demais profissionais da escola, conversa com os familiares, em alguns casos procura ajuda clínica de psicólogos, psicopedagogos (entre outros), mas continua depositando em outros aquilo que ele poderia tentar resolver em sala de aula. Acaba internalizando que todos os problemas que possam surgir na sala estão diretamente ligados à indisciplina (MATTOS, 2005, p.226)

Nas reuniões de Conselho de Classe, toda a trajetória da sala de aula vivenciada pelo professor é colocada. Porém, o grupo sempre reforça a questão comportamental do aluno, levando em consideração somente as situações de indisciplina, exigindo que a escola busque soluções nessas questões. Poucas são as vezes em que, nesse momento, são relatados assuntos referentes à aprendizagem.

Partindo daquilo que o professor reivindica para a equipe pedagógica no Conselho de Classe, estabelecendo uma parceria junto às famílias, muitas vezes o problema persiste e a mudança de postura do professor não é efetivada.

Sendo assim, como possibilitar no Conselho de Classe um juízo sobre a evolução do processo educativo, tornando um trabalho colaborativo que possa envolver todos os segmentos da organização escolar e, dessa forma, reorientando as ações pedagógicas?

A intenção da pesquisa sobre o Conselho de Classe é buscar formas de tornar esse momento favorável ao trabalho do professor e à aprendizagem do aluno, ressignificando essa instância colegiada.

No decorrer desse trabalho foi realizada uma revisão do que já foi escrito sobre o Conselho de Classe. Na sequência, são expostos e analisados os resultados de pesquisa-ação realizada com professores e estudantes de uma escola da rede municipal de Curitiba. Finaliza-se estabelecendo relações entre todas essas informações.

2. REVISÃO DE LITERATURA

O início da pesquisa deu-se com a procura de autores que abordavam o assunto Conselho de Classe. Em um primeiro momento foi realizada busca em sites acadêmicos, por meio do próprio tema em referências que foram disponibilizados no curso de Especialização em Coordenação Pedagógica. Foram encontrados poucos escritos, mas considerei a bibliografia de pesquisa de Ângela I. L. Dalben (1995) e Carmem Lúcia Mattos (2005). Também busquei cursos de formação continuada que abordaram o tema e textos oriundos da Secretaria Estadual da Educação do Paraná e Secretaria Municipal de Educação de Curitiba.

O objeto de estudo está ligado à relação entre ensinar e aprender. Assim, trago abaixo autores que abordam a relação professor-aluno em suas diversas dimensões.

O Conselho de Classe é o órgão colegiado, deliberativo e consultivo que faz parte das instâncias colegiadas da Gestão Democrática que tem seu dimensionamento e estrutura pautada na LDB 9394/96 e funções específicas. Pode ser estruturado a partir das dimensões: Pré- Conselho, Conselho de Classe e Pós-Conselho.

O Conselho de Classe pode se dividir em: pré-conselho, conselho e pós-conselho, tendo como parte culminante a reflexão sobre a prática pedagógica, o planejamento, a avaliação e a recuperação de estudos, contribuindo para que as dificuldades de aprendizagem sejam identificadas e, a partir desse diagnóstico, serem encaminhadas ações que visem solucionar essas dificuldades e garantir a aprendizagem. (PARANÁ, 1999b).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96) trata em seu artigo 12, inciso VI (BRASIL, 1996) da implantação de mecanismos democráticos que favoreçam uma gestão democrática, envolvendo toda comunidade escolar. Essa gestão também prioriza o processo educativo, o reconhecimento e a abordagem do sujeito dentro das suas concepções sociais, econômicas e culturais, objetivando no aluno a apropriação do saber e os caminhos a serem percorridos para se chegar a essa questão.

A gestão baseada nos princípios de democracia e participação pressupõe a existência de segmentos que favoreçam o aprimoramento da escola, que estimulem o processo de reflexão. Freire (2003) apud Dalberio (2008, p. 1) acrescenta que:

Como seres políticos, os homens não podem deixar de ter consciência do seu ser ou do que está sendo, “é preciso que se envolvam permanentemente no domínio político, refazendo sempre as estruturas sociais, econômicas, em que se dão as relações de poder e se geram as ideologias”. A vocação do ser humano não é de ser dominado, massacrado, modelado ou dirigido, mas, de “ser mais”, fazer e refazer a sua história, intervindo no seu meio. (FREIRE, 2003, apud DALBERIO, 2008, p. 1).

Por esse entendimento, dentro de uma perspectiva democrática, uma nova dinâmica surge para o Conselho de Classe, uma forma que possa propiciar a construção coletiva, qualidade do trabalho desenvolvido, o aproveitamento dos alunos, a metodologia desempenhada pelos professores e a melhoria do ensino e da Instituição Escolar como um todo. Quebrando a tradição do Conselho de Classe que visa somente a discussão estagnada da reprovação e aprovação do aluno, ainda pautada em mecanismos da Lei n. 5.692/71 (BRASIL, 1971), influenciado por uma pedagogia tecnicista que tinha práticas pedagógicas unilaterais, enfatizando o resultado final.

Compreende-se como necessária a participação de pais, alunos e funcionários nos Conselhos de Classe. É nesse contexto que todos os envolvidos na comunidade escolar assumam seu papel, garantindo a função desta instância colegiada, que se constitui em um dos importantes mecanismos de gestão democrática da escola. Conforme escreve José Carlos Libâneo (2006, p. 328).

A participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática, possibilitando o envolvimento de todos os integrantes da escola no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. A participação proporciona melhor conhecimento dos objetivos e das metas da escola de sua estrutura organizacional e sua dinâmica, de suas relações com a comunidade, e propicia um clima de trabalho favorável a maior aproximação entre professores, alunos e pais. (LIBÂNEO, 2006, p. 328).

O Conselho de Classe deve provocar decisões a respeito do processo de ensino aprendizagem. Enquanto processo auxiliar de aprendizagem, deve refletir a ação pedagógica e não apenas se ater a notas ou problemas comportamentais de determinados alunos. É o momento e espaço privilegiado para a realização de uma

avaliação diagnóstica da ação pedagógica, onde professores, alunos e equipe pedagógica participem ativamente.

Na perspectiva de Gestão Democrática, o Conselho de Classe enquanto instância colegiada é um espaço de avaliação coletiva do trabalho escolar, pois, entre os órgãos colegiados que fazem parte da gestão democrática (Associação de Pais, Mestres e Funcionários – APMF, Conselho Escolar, Grêmios Estudantil e Conselho de Classe); “o Conselho de Classe é um espaço privilegiado, no qual se tem possibilidade de discutir coletivamente (direção, equipe pedagógica, professores, pais e alunos), assegurando a democratização das relações que acontecem na escola.” (PARANÁ, 2008, p.25).

No Paraná, a deliberação 16/99 normatiza o Conselho de Classe presente nos estabelecimentos de ensino. Sendo assim, a deliberação discorre nos seus artigos 30, 31 e 32, o seguinte:

Art.30 – O Conselho de Classe é um órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didático-pedagógicos, com atuação restrita a cada classe, tendo por objetivo avaliar o processo ensino-aprendizagem na relação professor-aluno e os procedimentos adequados a cada caso.

Art.31 – O Conselho de Classe tem por finalidade:

- estudar e interpretar os dados da aprendizagem, na sua relação com o trabalho do professor, na direção do processo ensino-aprendizagem, proposto pelo plano curricular;
- acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos, bem como diagnosticar seus resultados e atribuir-lhes valor;
- analisar os resultados da aprendizagem na relação com o desempenho da turma, com a organização dos conteúdos e com o encaminhamento metodológico;
- utilizar procedimentos que assegurem a comparação com parâmetros indicados pelos conteúdos necessários de ensino, evitando a comparação dos alunos entre si;
- responder a consultas feitas sobre assuntos didático-pedagógicos, restritas a cada turma deste estabelecimento de ensino.

Art. 32 – O Conselho de Classe é constituído pelo Diretor, pela Coordenação Pedagógica e por todos os Professores que atuam na mesma classe. (PARANÁ, 1999b).

A deliberação acima define também a finalidade do Conselho de Classe e a sua organização, esclarecendo que o aluno será o centro deste processo de avaliação. Entretanto, o professor ao avaliar o aluno, também se autoavalia, sendo assim um processo dinâmico que deve trazer mudanças no comportamento de ambos.

Considerado como um momento de reflexão, onde são discutidas as dificuldades de ensino e aprendizagem, metodologia empregada, proposta

pedagógica, adequações curriculares e outros assuntos que devem se adequar às necessidades de aprendizagem dos alunos. Segundo Artigas e Frank (2007, p.4) “é o momento privilegiado para redefinir práticas pedagógicas com o objetivo de superar a fragmentação do trabalho escolar e oportunizar formas diferenciadas de ensino que realmente garantam a todos os alunos a aprendizagem”.

Enquanto momento de avaliação do processo ensino-aprendizagem intenciona a retomada de conteúdos, plano de ensino, mudanças nas estratégias metodológicas e mudanças no processo de avaliação e inserção de novos instrumentos avaliativos.

Sobre a avaliação do aproveitamento escolar no processo ensino-aprendizagem, vale ressaltar que, segundo Vasconcellos (2005, p. 123), “a avaliação é um processo contínuo que visa um diagnóstico para superar as dificuldades”. Nessa perspectiva, as discussões do conselho também devem ser contínuas, priorizadas nos momentos do pós-conselho.

Cruz (1995, p. 117) aponta “que o Conselho de Classe é o momento de uma avaliação diagnóstica da ação pedagógica da escola, feito pelos professores e pelos alunos (em momentos distintos, às vezes)”.

Ainda, na visão de Dalben (1995, p. 16), “o Conselho de Classe é uma das instâncias formalmente instituídas na escola, responsável pelo processo coletivo da avaliação da aprendizagem do aluno”. Assim sendo, o Conselho de Classe carrega consigo a possibilidade de articular os diferentes segmentos da escola, ligando-se ao processo de ensino, que é núcleo principal a partir do qual se desenvolve todo o processo do trabalho escolar.

Segundo Cruz (1995, p. 117) “como ação intencional, deve ter um sentido prospectivo teleológico, ou seja, deve ter em vista o que se vão fazer os fins que se pretende e não apenas olhar o que foi feito”.

O Conselho de Classe tem algumas particularidades que o tornam diferente dos demais órgãos colegiados e que lhe conferem uma importância na construção e organização do projeto político pedagógico.

Conforme explicita Dalben (1995, p. 16) são elas: “a) a forma de participação direta, efetiva e entrelaçada dos profissionais que atuam no processo pedagógico; b) sua organização interdisciplinar; c) a centralidade da avaliação escolar como foco de trabalho da instância”.

Como instância democrática da escola, o Conselho de Classe presente nesta organização prevê a participação dos vários professores que compõem uma mesma turma, a equipe pedagógica e a direção do estabelecimento de ensino, reúnem-se para refletir e avaliar o desempenho pedagógico dos alunos a cada bimestre.

O Conselho de Classe não é formado apenas para discussão de situações individuais dos estudantes, mas para levantar, coletivamente, as intervenções necessárias no intuito de melhorar o processo ensino-aprendizagem em todos os componentes curriculares, de prever mudanças tanto na prática dos docentes, quanto na organização dos conteúdos curriculares e na dinâmica escolar, traçando metas para cumpri-las. (CADERNO PEDAGÓGICO, 2012, p. 102).

A escola, no momento em que adota uma postura mais democrática e participativa, rompe com o vício de taxação dado ao aluno que não está dentro dos padrões pré-estabelecidos pelo professor, devido a atribuições dadas, a fatores comportamentais sociais e de origem econômica ou cultural. Reporta-se aos alunos como fracos, bons ou medianos, afirmando um desconhecimento em como se dá a construção do conhecimento.

Considerando o aluno enquanto sujeito da educação, Santos (2011, p.13) referenda “que aluno aproxima-se das suas próprias dificuldades, o mesmo sente-se sujeito do processo de ensino-aprendizagem, quem ganha é o próprio aluno, mas também o todo da escola, inclusive a relação pedagógica em sala de aula.” Dessa maneira, conseguimos perceber que o trabalho coletivo contribui com o rompimento do individualismo e fortalece o trabalho do grupo, tornando o Conselho de Classe um momento de análise das responsabilidades individuais e das tomadas de decisões e ações planejadas pela equipe.

A escola, ao atender a sua função social, realiza um trabalho reflexivo e participativo que Lorenzoni et al. (2006, p. 3) comentam:

A observação, reflexão e ação, possam transformar a estruturação do Conselho de Classe hoje apresentado a escola, buscando por meio do diálogo, ações que possam ajudá-los a agir de forma coerente e inovadora, construindo coletivamente soluções, visando alcançar maior sucesso educacional e conseqüentemente transformação dos envolvidos no processo. (LORENZONI et al. 2006, p. 3).

Jornal Mundo Jovem (2010, p. 20) aponta que:

O Conselho de Classe Participativo é uma oportunidade de refletir sobre a aprendizagem dos alunos e o processo de ensino. Seu objetivo é favorecer uma avaliação mais completa do aluno e do próprio trabalho docente, proporcionando um espaço de reflexão coletiva sobre o trabalho que está sendo realizado, possibilitando a tomada de decisão para um novo fazer pedagógico, favorecendo mudanças para estratégias mais adequadas em atender os diferentes ritmos de aprendizagem de cada turma e/ou aluno. Mais do que decidir se os alunos serão aprovados ou não, trata-se de uma autoavaliação. Nesta são retratados os pontos positivos e as fragilidades no que tange ao processo avaliativo e de aprendizagem. (MUNDO JOVEM, 2010, p. 20).

Pode ser um momento de confronto de ideias e opiniões a respeito do processo de aprendizagem. Cada segmento atribui um juízo de valor a partir da visão do outro. Demo (1988), apud Carminati (2011, p.3) afirma que:

A polarização conflitiva e criativa entre dois sujeitos que se promovem, confronta-se, constroem-se e destroem-se, atraem-se e repelem-se, este é o espaço educativo, político no âmago. Por isso, educação autêntica só pode ser educação política. (DEMO, 1998, apud CARMINATI, 2011, p.3).

O Conselho de Classe torna o espaço compreendido de forma crítica em seu contexto pedagógico por meio da transformação e participação.

Na realidade revela rotina, repetição, ritualismo, fragmentação, conservadorismo nas relações e prática pedagógico-sociais, de forma participativa revelará buscas, questionamentos, atitudes e soluções que surgirão em resposta aos desafios de uma investigação-ação. (LORENZONI *et al.*, 2006, p. 5).

Considerando a prática do Conselho de Classe estudada pelos autores nas escolas públicas, observa-se a cultura da estigmatização dentro do espaço escolar, ou seja, a taxação, o rótulo dado aos alunos.

A normalidade pode ser expressa com a conformidade com um tipo de indivíduo que apresenta características em comum com outros indivíduos de sua sociedade, indicando a ausência da patologia e que acaba por configurar um padrão. Por outro lado, aquele que não é normal, ou seja, o anormal é aquele que escapa a este suposto padrão de normalidade, sendo apresentado à sociedade como um indivíduo que não se assemelha aos ditos normais. (CASTRO, 2011, p. 164).

O que não parece normal aos professores chama a atenção. Os alunos que não estão encaixados nos padrões de normalidade colocados pelo sistema escolar, tornam-se estigmas.

É comum observar esse comportamento no professor. Ao se deparar com dificuldades, suas causas comumente são projetadas a fatores externos. Relacionam as causas desse fracasso a familiares e eximem-se de toda responsabilidade, reforçando negativamente a bagagem cultural que o aluno traz consigo.

Castro (2011, p.165) observou que nos momentos do Conselho de Classe avaliam e julgam os alunos, “a respeito de suas capacidades, fazendo referências ao meio social e familiar com causadoras da exclusão social. Culmando os problemas familiares como a principal causa do fracasso escolar do aluno”.

Esse comportamento percebido na relação professor-aluno pode ser também considerado como relação de poder, que Castro (2011, p.158) cita como “ações inconscientes e subliminares”. Sem saber que tais ações possam prejudicar o aluno, o professor age conforme aquilo que ele julga certo, essas ações ocultam um comportamento punitivo, preconceituoso e taxativo ao aluno.

Bourdieu (1977) apud Castro (1998, p.2) acredita que o poder exercido no Sistema de Ensino é o poder simbólico, que os mesmos autores consideram “poder invisível que só pode se exercer com a cumplicidade daqueles que não querem saber que a ele se submetem ou mesmo que o exercem”.

Pautado num conselho de classe burocratizador, professores procuram colocar em pauta as questões pessoais da sua prática docente. Desnivelando toda discussão dos casos dos alunos. Há uma combinação entre professores do que deve ser falado sobre cada estudante. Todos conseguem chegar ao consenso sobre a imagem que foi internalizada do aluno nos aspectos sociais, culturais e cognitivos. Nesse contexto, Mattos (2005, p. 218) afirma que “professores parecem esperar de seus colegas apenas um referendo que valide a imagem de alunos e alunas que elas construíram no decorrer do ano letivo.” Muitos questionamentos não condizem com a prática, professores avaliam, mas não admitem serem avaliados. Muitos alunos desconhecem quais são os critérios avaliativos a que são submetidos, ficando numa situação de submissão. Dessa forma, submete-se ao que já está posto e definido, embora alguns apresentem reações de resistência como indisciplina, evasão, dentre outras.

Ao invés de avaliar o processo de aprendizagem, a interação pedagógica, e a eficiência da prática pedagógica do professor, o Conselho presta-se apenas para apontar e julgar comportamentos. O que Mattos (2005, p. 218) também constatou

que essa postura docente pode ser chamada de “diálogo de surdos”, ou seja, a emissão de opiniões sempre relacionadas a problemas de personalidade, ou até mesmo não relacionados ao âmbito escolar.

Dentro desse cenário, a escolha de critérios de análise adotados pelos professores em relação aos alunos sempre buscam soluções fora do espaço educativo. Também, pelas relações de poder que são pré-estabelecidas entre professores que julgam os alunos de capazes, incapazes, bom comportamento ou mau comportamento, entre outros rótulos. É possível constatar que a mudança na dinâmica do Conselho de Classe se torna relevante.

Para Cruz (1995, p. 119)

A retrospectiva da ação do aluno no bimestre: notas, “problemas” que teve em determinada matéria, comportamentos inadequados ao contexto da escola, agressões verbais, físicas ou simbólicas, etc; ganham sentido se ajudar o grupo a reorientar sua ação pedagógica a partir dos fatos acontecidos e não ficar na narrativa pela narrativa, ou na superficialidade e classificação de aluno pura e simples. (CRUZ, 1995, p. 119).

Outra atribuição dada ao fracasso do aluno são as questões oriundas de doenças patológicas, psicológicas e psiquiátricas. Laudos diagnósticos transformam-se em escudo para o professor anulando-o das suas atribuições. Almeida (2014, p. 42) comenta esse fato e denomina como a “*medicinação*” da escola:

O médico , seja ele qual for, tem seu papel na composição da saúde de qualquer criança. É sabido que qualquer um deles contribui enormemente no processo de equilíbrio ou de reequilíbrio no caso de patologia, principalmente os distúrbios, déficits, deficiências e transtornos de toda natureza, no entanto tem de ser respeitada a limitação destes profissionais no quesito aprendizagem escolar. (ALMEIDA, 2014, p. 42).

De fato, internamente professores procuram por um compartilhamento das suas angústias sobre as situações que o aluno possa apresentar. Mattos (2005, p. 218) afirma: “O apelo a soluções extraescolares permite que as professoras não se sintam culpadas, aliviando a tensão inerente à prática exercida em condições tão drásticas, para a qual não se sentem armadas intelectual e materialmente”.

Sobre essa realidade, a Coordenação Pedagógica assume o seu papel no Conselho de Classe desempenhando o que está previsto no Regimento Escolar e no Projeto Político Pedagógico da escola. O Caderno Pedagógico (2012, p. 103) destaca que a Coordenação tem os seguintes procedimentos:

Fazer um diagnóstico do desempenho dos estudantes, juntamente com os professores de cada turma, antes da realização do Conselho de Classe, orientando o trabalho pedagógico.

Orientar o preenchimento do PAPI (Plano de Apoio Pedagógico) pelo professor, com os conteúdos e as habilidades demonstradas, as necessidades de aprendizagem e os encaminhamentos a serem efetivados para cada estudante.

Estabelecer, durante o Conselho de Classe, estratégias para as intervenções metodológicas necessárias ao avanço da turma e/ou do estudante.

Resgatar os registros efetivados durante os Conselhos de Classe anteriores, a fim de assegurar a perspectiva de continuidade ao trabalho.

Definir os encaminhamentos dos estudantes para avaliações clínicas e/ou para ADP, quando necessário.

Orientar e acompanhar a reorganização do planejamento, a partir das informações levantadas no Conselho de Classe.

Intervir, junto aos professores, na garantia da efetivação dos encaminhamentos metodológicos de sua competência.

Garantir o registro das deliberações em livro próprio para atas de Conselho de Classe (periódico e final), conforme Regimento Escolar e legislação vigente. (CADERNO PEDAGÓGICO, 2012, p.103).

Portanto, cabe à equipe pedagógica organizar, articular e acompanhar todos os procedimentos no Conselho de Classe. Mediar as discussões sob a ótica dos aspectos qualitativos e quantitativos no trabalho educativo-didático.

A todos os profissionais da educação cabem ter a consciência da concepção pedagógica que orienta o seu trabalho, rompendo assim com um ensino dicotomizado, aquele que o aluno aprende e o professor ensina. (FREIRE, 1987, apud MATTOS, 2005, p. 219).

É preciso que haja compreensão da forma como se dá a aprendizagem do aluno, na complexidade das dimensões afetiva, cognitiva e psicossocial para que possa ocorrer um conselho de classe contemplativo a esta aprendizagem.

A abordagem pedagógica interior da escola tem seu foco centrado na discussão do processo de ensino-aprendizagem. A função social da escola é socializar conhecimentos, construir regras de conduta e inserir o indivíduo na sociedade. A escola deve assumir a responsabilidade pela aprendizagem do indivíduo e cumprir o papel de mediadora. Diante da falta de opção do estudante (que não opta ir para escola e não escolhe o que vai aprender) é preciso avaliar os métodos, os procedimentos de ensino, o professor, a estruturação das turmas, enfim a escola como um todo, para que ela cumpra a função de integrar o sujeito à sociedade, promovendo as aprendizagens significativas para o grupo social ao qual esse sujeito pertence.

Uma escola de qualidade tem o seu foco central na efetivação da aprendizagem dos alunos. É o que defende Dourado; Oliveira; Santos (2011, p.10).

A eficácia das escolas se dá quando os professores conhecem o conteúdo e as metas do currículo, quando organizam a classe de forma a favorecer a aprendizagem e quando avaliam o progresso dos alunos e sua própria eficácia, de modo a ajustar-se continuamente. (DOURADO; OLIVEIRA; SANTOS, 2011, p.10).

Isso demanda pensar em novas práticas pedagógicas, adequações metodológicas e um olhar humanizador ao sujeito. Esse olhar não significa apenas ter compaixão pelo aluno, ou inocentá-lo das injustiças causadas pelo nosso sistema social, e sim, organizar práticas pedagógicas, considerando o indivíduo em sua singularidade. Além da transmissão de conteúdos aos estudantes, as escolas devem tentar identificar e desenvolver as potencialidades de cada aluno, valorizando as diversas habilidades, não apenas nas áreas verbal e lógica. Rogers (1977, p. 119) tem o seguinte pensamento: “Se acredito na capacidade individual de cada um desenvolver sua potencialidade individual, proporcionar-lhe-ei todas as oportunidades e lhe permitirei a escolha de vias próprias e sua direção pessoal na aprendizagem”.

Sendo assim, é preciso que o professor acredite no aluno para que haja mediação. “Qualquer indivíduo pode aprender, com limitações de tempo e de profundidade intelectual, mas para isso a metodologia deve ser correta, pensando na potencialidade do aluno e não na limitação” (ALMEIDA, 2014, p. 50). Aprendizagem é um processo que envolve vínculos entre quem ensina e quem aprende para que haja a transformação, a mudança e a aquisição do conhecimento.

3. ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES COLETADAS

O trabalho desenvolvido foi realizado em uma escola municipal de tempo integral, no município de Curitiba, com alunos de 2º ao 5º ano e com os professores regentes e professores referências das turmas de Educação em Tempo Integral. Numa proposta metodológica de pesquisa-ação. Considera-se:

Tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os representativos da situação ou problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. (THIOLLENT apud BARBOZA, 2010, p. 14).

Buscando a intencionalidade de sensibilizar o grupo envolvido, procurando maneiras que todos possam participar de forma colaborativa, Thiollent apud Barboza (2010, p. 14) explica que “uma pesquisa pode ser qualificada de pesquisa-ação quando houver realmente uma ação por parte das pessoas ou grupos implicados no problema da observação”.

Analiso o Conselho de Classe como um momento em que os profissionais da escola pesquisada (professores, equipes pedagógica e gestora, alunos) reúnem-se para refletir sobre o trabalho pedagógico com vistas aos resultados de cada turma trimestralmente. A pesquisa foi realizada em três momentos durante o 1º trimestre do ano letivo de 2014: no pré-conselho, conselho e pós-conselho. As orientações foram dadas durante as permanências e hora-atividade. Foi esclarecido aos professores sobre a atividade dos alunos do 2º ao 5º ano, que participaram por meio de uma autoavaliação e entrevistas com a equipe pedagógica. Argumentando com os mesmos que as informações servirão para melhorar o planejamento dos professores e da escola, o que irá ajudá-los a aprender mais e melhor.

Então, foi dividida cada etapa do conselho da seguinte forma:

Pré-Conselho: Momento realizado com o professor individualmente, em reuniões periódicas durante as permanências e hora-atividade, previamente agendada. Tendo como etapas a análise dos alunos que avançaram no ano de 2014 com progressão simples e com apoio, alunos que foram retidos no ciclo e análise dos índices da Provinha Brasil. Elaboração do plano do Apoio Pedagógico aos

alunos que avançaram com progressão com apoio. Salientando as dificuldades, avanços e outras observações pertinentes à aprendizagem.

Conselho de Classe: Etapa realizada com os alunos de 2º a 5º ano, onde os mesmos responderam a questionários divididos em duas partes: a primeira, autoavaliação e a segunda parte, as aulas que eles mais gostaram, mais desafiadoras, mais difíceis e outros assuntos ligados à escola. Junto ao professor, foi o momento das discussões sobre o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos e a retomada sobre os encaminhamentos pedagógicos solicitados e os que devem ser feitos a partir dessa reunião.

Pós-Conselho: Esse momento foi a devolutiva para o professor e para o aluno, direção e equipe pedagógica. Sendo a leitura e consolidação dos dados, reunindo as respostas dos estudantes, destacando as aulas e as atividades mais citadas - as preferidas ou as mais difíceis, etc. Relacionando com os levantamentos de cada aluno feito pelo professor no Conselho de Classe. Buscando possibilidades de fazer mudanças significativas para melhorar as condições de ensino em decorrência dos dados obtidos. Sobre o pós-conselho, Artigas e Fank (2007, p.9) acrescentam sobre este momento:

Traduz-se nos encaminhamentos e ações previstas no Conselho de classe propriamente dito, que podem implicar em: retorno aos alunos sobre sua situação escolar e as questões que a fundamentaram (combinados necessários); retomada do plano de trabalho docente no que se refere à organização curricular, encaminhamentos metodológicos, instrumentos e critérios de avaliação; retorno aos pais/responsáveis sobre o aproveitamento escolar e o acompanhamento necessário, entre outras ações. Todos estes encaminhamentos devem ser registrados em ata. (ARTIGAS e FANK, 2007, p.9).

Durante o 1º trimestre foram recolhidas informações sobre os alunos e professores que atuaram com as turmas. No início, a equipe pedagógica apresentou aos regentes como foi o avanço dos alunos no ano anterior, ou seja, se foi realizada por progressão simples ou progressão com apoio. Dessa forma, os professores puderam conhecer quais fragilidades os alunos apresentavam. Também, aproveitando o momento, a equipe pedagógica oportunizou nas discussões assuntos referentes à disciplina dos alunos e outros assuntos comportamentais. Para que dessa forma já fossem providenciados pelo grupo os encaminhamentos necessários diante de tais situações.

Também o momento foi aproveitado para analisar os índices da Provinha Brasil (referente ao ano 2013, dos alunos matriculados no 3º ano em 2014) e construir o plano de apoio pedagógico, pelos professores regentes e corretores, para os alunos que apresentam dificuldades na aprendizagem.

Quando se fala em melhoria no processo de ensino, considera-se o aluno como sujeito da educação, sendo assim, é necessário que haja uma intencionalidade subjetiva reconhecendo-o em todas as suas dimensões, levando assim a uma reflexão que para Santos (2010, p.3):

O conselho de classe não pode ser um mecanismo de classificação do aluno, mas, sim um espaço de participação democrática, onde a comunidade escolar possa analisar os índices das avaliações em benefício da qualidade da educação e na melhoria do ensino aprendizagem no contexto de cada unidade escolar. (SANTOS, 2010, p.3)

Nas reuniões de Conselho de Classe, as discussões também permearam a aprendizagem dos alunos, com critérios estabelecidos que envolvessem: dificuldades, avanços, potencialidades encontradas e fragilidades. Nesse momento foi discutido com os professores regentes sobre todos os alunos. Essas informações eram repassadas aos demais professores de outras áreas, que também trabalhavam com as turmas, para que pudessem complementar com suas opiniões a respeito dos critérios estabelecidos durante a dinâmica do conselho, registrado em livro ata. Durante esse momento, também foram feitas as devolutivas sobre os encaminhamentos pedagógicos realizados e o acréscimo de novos.

Em paralelo, a equipe pedagógica trabalhou com a autoavaliação, que, conforme as ideias de Silva (2013, p. 9), “promove a aprendizagem de uma forma mais consciente e responsável, e, por conseguinte, a autonomia do aluno”. Por meio da elaboração de questionários que foram readaptados à realidade da escola.

Realizado em dois momentos: no ensino regular e na educação integral. Para as classes de 2º e 3º anos foram feitas questões abertas e fechadas, tendo o pedagogo como escriba dos alunos. Já nas perguntas fechadas, eles preenchiam de acordo com símbolos (carinhas) estabelecidos também com auxílio. Nas turmas de 4º e 5º anos houve o mesmo questionário, porém eles, com ajuda e explicações do pedagogo, respondiam de acordo com o que era solicitado.

As perguntas feitas na autoavaliação envolviam questões quanto ao desenvolvimento da aprendizagem do aluno, as aulas e as atividades preferidas ou

as mais difíceis e o desempenho escolar. O que mais gostaram de aprender ou as que não gostaram. Enfim, fazendo com que o aluno percebesse a importância da sinceridade das respostas e a sua participação quanto ao rumo que a escola iria tomar.

Da análise feita, podemos realçar como resultados no Pré-Conselho que o professor dos anos iniciais não diferencia esses três momentos do Conselho de Classe, os considerando como um momento único. Então, teoricamente, no pré-conselho, os professores ao serem convocados para as reuniões, alarmavam-se de afirmações negativas sobre determinados alunos, “quase sempre associados a problemas de personalidade e relativos ao seu cotidiano extraescolar (diretamente relacionado ou não com seu desempenho escolar).” (MATTOS, 2005, p. 218). Alguns se negavam a compreender quais eram as necessidades de aprendizagem dos alunos, ou seja, quais adequações metodológicas deveriam trabalhar conforme as fragilidades que os alunos demonstraram nos índices de avaliação da Provinha Brasil e o resultado final do ano de 2013.

Outro problema observado foi a dificuldade que os professores encontraram no momento da elaboração do plano de apoio pedagógico. Conforme o Caderno Pedagógico (2012, p. 86):

O Plano de Apoio Pedagógico é um documento que registra as necessidades de aprendizagem do estudante, a partir da identificação de suas potencialidades e capacidades – o que ele sabe, o que ele precisa saber e as intervenções pedagógicas necessárias para superação das dificuldades apresentadas. O Plano de Apoio Pedagógico foi instituído pela SME, considerando-se a organização do ensino em Ciclos de Aprendizagem. (CADERNO PEDAGÓGICO, 2012, p. 86).

Portanto, as intervenções necessárias devem ser feitas durante todo ano letivo, para que o professor consiga, dessa forma, compreender como se dá a aprendizagem do aluno.

A equipe pedagógica precisou intervir quanto ao número excedente de alunos que os professores indicavam para tratamento psicológico. Eles observaram situações de indisciplina que os alunos em sala apresentavam, o que levava a dificuldades na aprendizagem. A equipe pedagógica orientou para que os professores conhecessem melhor seus alunos e, no decorrer do ano, retomariam com eles se era viável ou não tais encaminhamentos. Com isso, tentando superar o que Vasconcellos (2012, p. 249) considera como “Síndrome do Encaminhamento”.

Em contrapartida, muitas famílias precisaram ser convocadas para que pudéssemos conhecê-los e, junto aos alunos, encontrarmos soluções para as situações que de certa forma interferem na aprendizagem.

No momento do Conselho de Classe, a equipe pedagógica agendou com os professores o trabalho da autoavaliação nas salas de aulas. Durante esse trabalho, o professor poderia permanecer na sala ou não, se assim desejasse. Silva (2013, p. 9) salienta que “a autoavaliação permite conhecer e melhorar o processo educativo, ao mesmo tempo em que fomenta o espírito crítico, envolvendo o aluno de forma ativa no processo de ensino-aprendizagem”.

Diante dessa proposta, Campbell (2011, p. 84) questiona “absurdo é que cada aluno não faça também uma avaliação de cada professor ao final de cada bimestre. Por que o corpo docente não pode ser avaliado pelos alunos?” Partindo dessa ideia, procurou-se criar com cada turma o momento para que eles pudessem expor e também propor soluções no que poderia ser feito para melhorar o trabalho pedagógico.

Nas turmas de 2º ano, por meio da autoavaliação e o questionário, foi percebido que os alunos apresentaram dificuldades em nomear as disciplinas que a escola oferta no ensino regular e no tempo integral. Ao mesmo tempo em que eles consideraram quais as atividades foram mais significativas. A pesquisadora iniciava a atividade fazendo a pergunta: “O que vocês mais gostaram de fazer nas aulas de...” citando todas as disciplinas.

O que chamou a atenção foi na disciplina de Ensino Religioso. Em uma determinada turma os alunos responderam que gostavam de escrever no caderno, mas não conseguiram dizer o quê. Uma das hipóteses levantadas pela pesquisadora seria o encaminhamento metodológico que a professora trabalhava os conteúdos: com músicas, desenhos, etc. Por mais que o uso do caderno seja rotineiro, em Ensino Religioso acontece de uma forma lúdica.

Nesses momentos, as professoras regentes permaneceram em sala, e quando a pesquisadora fazia a pergunta, era preciso que as mesmas intervissem dizendo aos alunos que atividades eles fizeram em tais disciplinas. Afirmando que essas situações ocorreram nas aulas no espaço da Educação de Tempo Integral, nas disciplinas nomeadas de: Práticas Artísticas, Prática de Educação Ambiental, Prática de Movimento (Educação Física), Prática de Ciência e Tecnologia e Apoio Pedagógico e em todas as turmas de 2º a 5º ano.

Diante das turmas de 3º ano, os alunos realizaram autoavaliação por meio de perguntas individuais que, conforme as questões, marcavam os símbolos: *sim*, às vezes ou *nunca*. O objetivo dessa atividade pode ser analisado conforme as colocações de Silva (2013, p. 20) “criar as condições para que o discente tome consciência de como aprende e aprenda a aprender, adquirindo as estratégias que lhe permitam superar as dificuldades e regular o seu próprio processo de aprendizagem de forma progressiva e cada vez mais autônoma”.

Num total de 14 perguntas que abordavam interesses que os alunos tinham pelas aulas, tarefas feitas em casa e na escola, gosto e preferências em fazer tarefas, material escolar, organização do caderno, colaboração em sala, respeito aos professores e funcionários, ajuda em realizar tarefas em casa e respeito ao patrimônio escolar. Os resultados obtidos foram aproximadamente: 90% apresentam interesse pelos conteúdos trabalhados na escola. Outro grupo, dos 10%, relatou que às vezes não se interessa. Aqui podemos destacar que esses 10% aproximados foram citados no pré-conselho como alunos com problemas disciplinares, estando conscientes, de acordo com a autoavaliação, que possuem fragilidades, que precisam ser melhoradas principalmente na conduta. Nesse mesmo grupo existem alunos que não apresentam nenhuma dificuldade de aprendizagem, ou seja, estão com desempenho satisfatório. Mesmo assim, foram considerados como problemas na sala de aula. Diante disso, podemos afirmar, conforme Furtado (2010, p. 51):

“Para chegarmos ao “mundo cognitivo” do aluno, precisamos passar antes pelo seu ‘mundo cultural’ e pelo seu “mundo emocional”. Atingir o mundo cultural do aluno é algo que se faz através do diálogo, do relacionamento pessoa- pessoa. Somente quando o aluno se sente aceito é que se abre à afetividade. A aprendizagem é um processo que exige que o aluno se “desarme”, e para “desarmá-lo”, precisamos compreender e valorizar sua visão de mundo e oferecer suporte as questões emocionais. (FURTADO, 2010, p. 51).

O que chamou também atenção na consolidação dos resultados foi a relação escola-família. Temos um percentual grande de alunos em que os pais olham as tarefas de casa dos filhos. Entre esses, um percentual pequeno respondeu que os pais nunca ajudam nas tarefas. Isso se torna preocupante pelo fato de também contribuir para que o desempenho escolar seja insatisfatório nesse grupo. Nesse sentido Castro (2011, p. 168) complementa:

A família exerce na escola um papel fundamental na mediação entre o histórico de vida do aluno e a experiência escolar. O aluno traz consigo uma vivência familiar e social que podem ou não afetar o seu desempenho escolar. A tendência da escola em atribuir as causas do fracasso escolar a problemas externos, tal como a família, é recorrente no âmbito educacional. (CASTRO, 2011, p. 168).

Ao mesmo tempo, verifica-se a autonomia que os alunos vêm demonstrando, pois alguns não obtêm ajuda nas tarefas escolares em casa, porém, estão com um bom desenvolvimento na aprendizagem. Enfatiza-se que, por a escola ser de tempo integral e os alunos permanecerem diariamente oito horas, eles levam tarefas para casa no máximo duas vezes na semana.

No período em que estava sendo realizada a pesquisa, a escola fazia um trabalho sobre cuidado e pertencimento do patrimônio público, pois a mesma estava observando o mau uso, descuido do patrimônio. Nesse momento os alunos tiveram a oportunidade de responder sobre a preservação e respeito, Foi constatado que a maioria respondeu que *sim*, a minoria respondeu às vezes, e não houve como resposta o item *nunca*. Pode-se concluir que houve omissão de resposta, pois mesmo sabendo que são os alunos que precisam de orientação, não se declararam responsáveis pelos atos.

Nas turmas do Ciclo 2, nos 4º e 5º anos, a pesquisa sucedeu-se da mesma forma. Porém, na pesquisa realizada no ambiente do tempo integral, os alunos citavam quais atividades gostaram de desenvolver em cada disciplina. Aqui também a pesquisadora percebeu que os alunos apresentam dificuldade em nomear as mesmas disciplinas que foram citadas anteriormente, porém num grau menor de intensidade. Com respostas variadas, destacam-se as aulas de educação física como as mais atrativas para os alunos, pela implantação do projeto de Rugby e Slackline. Também aulas de Prática de Educação Ambiental, onde os alunos desenvolvem projetos de Horta e Culinária. Outra atividade citada pela maioria dos alunos, valendo também para os alunos dos outros anos, foram as aulas de informática. Os alunos citaram um site de jogos chamado Friv. A pesquisadora pode concluir que, no espaço de tempo integral, os alunos de 4º e 5º anos realizavam atividades por eles consideradas mais atrativas e significativas.

Nas aulas do ensino regular a autoavaliação ocorreu com o preenchimento de *sim*, *não*, *às vezes*, com as mesmas perguntas feitas nas turmas de 2º e 3º anos. A pesquisadora lia para os alunos as perguntas e os mesmos deveriam responder

conforme a solicitação. Verificou-se que nessa faixa etária o aluno reconhece quais são as suas dificuldades, o que ele ainda não atingiu. Analisando a resposta dos alunos com os registros das professoras sobre quais disciplinas eles tinham dificuldades, pode-se ver certa coerência. Aqui se considera o aluno que respondeu sim. A disciplina mais citada foi Matemática.

Outra questão analisada refere-se à afirmação “gostaria que o professor passasse menos tarefas”, a maioria respondeu que sim. Um questionamento surgiu da pesquisadora com as professoras regentes, o que os alunos consideram “menos tarefas?”. No decorrer da pesquisa foi observado que a quantidade se refere à repetição nas mesmas disciplinas, ou seja, a falta de atividades diferenciadas, que abordem outros conteúdos. Na afirmação “gosto de fazer tarefas”, a maioria respondeu que sim, mas houve um empate nos que responderam não e às vezes. Diante disso, é importante um olhar da equipe para esses alunos que possivelmente ainda não criaram vínculo com as atividades escolares.

Na questão relacionada às tarefas de casa, verificou-se que, à medida que o aluno vai avançando nos anos, os familiares vão se desvinculando das tarefas escolares levadas para casa. Situação que não deveria acontecer, pois se percebe que alguns alunos ainda não adquiriram autonomia e responsabilidade para realizar as lições sozinhos, precisando do apoio familiar.

Em relação à questão disciplinar, relação professor-aluno, aluno-aluno, o grupo pesquisado não apresenta grande dificuldade nesses itens e reconhece quais aspectos precisa melhorar. Num comparativo com as análises realizadas no Pré-Conselho, as turmas de 4º e 5º anos não apresentam problemas de indisciplina, havendo somente um caso, no qual o aluno é diagnosticado como Transtorno Desafiador Opositor que Teixeira (2014) considera “padrão persistente de comportamentos negativistas, hostis, desafiadores e desobedientes observados nas interações sociais da criança com adultos e figuras de autoridade de uma forma geral”.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desenvolvimento deste artigo procurei abordar uma nova forma de tornar o Conselho de Classe participativo, por meio da autoavaliação dos alunos e sua devolutiva durante o pós-conselho.

O aluno, ao se autoavaliar-se e refletir sobre suas falhas e desempenho, não demonstrou dificuldade, resistência ou medo. Isso foi percebido ao analisar os resultados, pois ficou evidente que o aluno tem claramente a visão da sua aprendizagem, dificuldades, assimilações e da significação de cada conteúdo que lhe é transmitido.

O grande desafio é tornar o conselho de classe o momento de reflexão da aprendizagem dos alunos e do processo de ensino.

Foi possível identificar isso nos relatos do professor, ao serem questionados sobre quais potencialidades conseguiram enxergar nos alunos durante o primeiro trimestre. Surge então a dúvida, como perceber a potencialidade? Enxergá-la nos alunos considerados excelentes é fácil, o difícil é conseguir vê-la com clareza naqueles que rotulamos como “problemas”.

Precisamos acreditar na capacidade do aluno, seu progresso individual e valorizar seu contexto social e familiar. A afetividade entre alunos e professores tem um papel importante para que não haja desinteresse e revolta, não só na escola, mas também na sociedade. O aspecto afetivo entre professor e aluno deve ser considerado primordial para que haja o desenvolvimento intelectual.

Para que o Conselho de Classe se torne também um espaço de decisões coletivas, é importante que a escola tenha um Projeto Político Pedagógico atualizado e que essa instância esteja expressa nas linhas e compreendida em suas entrelinhas por todos que fazem parte da comunidade escolar. Além de termos a clareza de qual tipo de cidadão queremos formar e quais serão as mediações necessárias na formação desse sujeito.

A reflexão sobre as ações pedagógicas devem fazer parte de todos os momentos e pôr todos no chão da escola. E colocá-las em prática através de um planejamento que atenda todas as demandas educacionais dos nossos alunos é a nossa obrigação.

Sendo assim, é importante que o professor tenha clareza do seu papel enquanto mediador, compreendendo que todos são capazes de aprender. As necessidades educacionais são individuais, em meio a uma sociedade que oferece a todo instante um enorme fluxo de informação. Contemplando o conselho de classe a seus reais objetivos nos processo de ensino-aprendizagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, G. P. Plasticidade cerebral e aprendizagem. In: RELVAS, M. P. **Que cérebro é esse que chegou à escola?** As bases neurocientíficas da aprendizagem. 2 ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014. p. 41-52.

ARTIGAS, N; FRANK, E. **O papel do pedagogo na mediação do Conselho de Classe.** Paraná, 2007. p.4-8 Disponível em: http://www.nre.seed.pr.gov.br/cianorte/arquivos/File/PEDAGOGAS/CONSELHO/Opa_peldopedagoga_namediacaodoconselhodeclasse_CGE_SEED.pdf. Acesso: 29/06/2014

BARBOZA, L. M. V. et al. **Metodologia de Pesquisa Ação.** Universidade Federal do Paraná/CIPEAD, 2010. p.13-15

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** LDB 9394/96. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº. 5.692/71. Brasília: MEC, 1971.

CAMPBELL, S. I. **Reunião de Pais e Mestres: organização e planejamento.** Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011. p.79-90

CARMINATI, R. S. **Conselho de Classe: Reflexão da Prática Pedagógica,** 2011. p. 2-5 Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/conselho-de-classe-reflexao-da-pratica-pedagogica/62997/>. Aceso em 03/06/2014.

CASTRO, M. Um estudo das relações e poder na escola pública de ensino fundamental à luz de Weber e Bourdieu: do poder formal, impessoal e simbólico ao poder explícito. In **Revista da Faculdade de Educação.** São Paulo, 1998. p. 2 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-25551998000100002&script=sci_arttext. Acesso em: 22/06/2014.

CASTRO, P. A. O estigma no espaço escolar: a prática dos conselhos de classe. **Revista Reflexão e Ação.** Santa Cruz do Sul, v. 19, n. 2, p. 158-172, jul/dez. 2011. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/2225>. Acesso: 17/11/2013.

Conselho de Classe Participativo. **Jornal Mundo Jovem**. n 404, mar. 2010. p. 20.

Conselho de Classe - Questionário do Aluno. **Revista Gestão Escolar**. Disponível em: <http://gestaoescolar.abril.com.br/aprendizagem/conselho-classe-questionario-aluno-516988.shtml>. Acesso em: 08/05/2014

CRUZ, C. H. C. Conselho de Classe e Participação. **Revista de Educação AEC**. Brasília, n. 94, jan/mar. p. 117.

CURITIBA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. **Caderno Pedagógico**: Subsídios à organização do trabalho pedagógico nas escolas de Rede Municipal de Curitiba. Curitiba: SME, 2012. p.86- 104

DALBEN, A I. L. F. **O trabalho escolar e Conselho de Classe**. **Educação Escolar**: políticas, estrutura e organização. Campinas: Papyrus, 1995. p 16-18.

DALBÉRIO, M. C. **Gestão democrática e participação na escola pública popular**. Revista Iberoamericana de Educación, n. 47/3, p. 1-12, 2008.

DOURADO, L. et al. **A qualidade na educação**: conceitos e definições. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasil, 2011. p.10.

FURTADO, J. C. Entender como se aprende para aprender como se ensina. In: WAJNSZTEJN, A. C. et al. **Desenvolvimento cognitivo e a aprendizagem escolar**: O que o professor deve dominar para ensinar bem? Curitiba: Editora Melo, 2010. p. 47-52.

LIBÂNEO, J C. et al. **Educação Escolar**: políticas, estrutura e organização. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 328- 329

LORENZONI, R L. et al. **Conselho de Classe Participativo: Uma experiência democrática na escola**. 2006. p. 1-10. Disponível em: <http://www.nre.seed.pr.gov.br/cianorte/arquivos/File/PEDAGOGAS/CONSELHO/ConselhodeClasseparticipativo.pdf>. Acesso em 08/09/2013

MATTOS, C. L. G. O conselho de classe e a construção do fracasso escolar. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 31, n. 2, p. 215 - 228, maio/ago, 2005.

PARANÁ. **Caderno de apoio para elaboração do regimento escolar.** Secretaria de Estado da Educação. Curitiba, 2008.

PARANÁ. **Deliberação n. 16/99.** Normatiza o Conselho de Classe nas Instituições de Ensino do Paraná. Curitiba: CEE, 1999.

SANTOS, A. P. **Aluno sujeito da avaliação: conselho de classe participativo enquanto instância de reflexão.** 2010. p. 2- 13. Disponível em: http://editora.unoesc.edu.br/index.php/roteiro/article/viewFile/235/pdf_38. Acesso: 17/11/2013.

SILVA, M. F. C. M. **Aprender a aprender: O papel da autoavaliação no processo de ensino-aprendizagem.** Universidade do Porto. 2013. p. 9-20 Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/64809>. Acesso em: 20/07/2014

TEIXEIRA, G. **Comportamento Infantil.** Disponível em http://www.comportamentoinfantil.com/transtornos_tdo.html. Acesso em 18/07/2014

VASCONCELLOS, C. S. **Avaliação da Aprendizagem: Práticas de Mudança - por uma práxis transformadora.** 7. ed. São Paulo: Liberdade, 2005. p.120-123

VASCONCELLOS, C. S. **Os desafios da disciplina em sala de aula e na escola.** Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/amb_a.php?t=014. Acesso em: 04/07/2014.